

PLURALIDADE DE IDENTIDADES NA CONSTITUIÇÃO DA SOCIABILIDADE DOS ASSENTAMENTOS RURAIS: CONSENSOS E DISSENSOS

Fabio Alves Ferreira¹

Resumo: o objetivo deste texto é apontar o caráter essencialmente político da sociabilidade dos assentamentos de reforma agrária. Desde uma perspectiva pós-estruturalista afirmamos que o político é ontológico à construção do social e, portanto os dissensos e equivalências estabelecidos é um processo inevitável do relacionamento/confronto entre as identidades. Partimos do pressuposto que as identidades são relacionais e sujeitas a modificações quando articuladas em um determinado discurso. Pensar os assentamentos como espaços heterogêneos implica no reconhecimento de demandas diversas e a possibilidade de construção do lugar onde as identidades são visibilizadas.

Palavras chaves: hegemonia; assentamento; articulação; sociabilidade.

PLURALITY OF IDENTITIES IN FORMATION OF RURAL SETTLEMENTS OF SOCIABILITY: CONSENSUS AND DISSENT

Abstract: The aim of this paper is to point out the essentially political character of the sociability of the agrarian reform settlements. From a poststructuralist perspective assert that the political is the ontological construction of social and therefore dissent and the equivalences established is an inevitable process of the relationship / conflict between the identities. We assume that identities are relational and subject to change when articulated in a particular discourse. Think of the settlements as a heterogeneous space implies the recognition of diverse demands and the possibility of building the place where identities are visualized.

Keywords: hegemony; settlement; articulation; sociability.

É sabido que as políticas de Assentamento rural no Brasil englobam não somente os moradores do campo, mas os cidadãos empobrecidos que vivem na cidade em condições contingenciais de existência. Esses sujeitos que deslocam-se num caminho de volta para o campo estão configurados com outras identidades, de maneira que há uma multiplicidade de identidades que se correlacionam na reconstrução dos assentamentos.

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. e-mail: fabio_al@yahoo.com.br.

Sustentamos, portanto, no decorrer deste trabalho que há um complexo jogo político na constituição da realidade de um assentamento, de maneira que dissensos e consensos são instaurados a cada articulação discursiva. O debate em torno da distribuição interna dos subsídios, as alocações de cada assentado, e outras discussões que emergem no interior de um assentamento criam demandas que por sua vez chamam os atores a se posicionar. Isso ocorre, a nosso ver, em decorrência da pluralidade de interesses antagônicos.

Sugerimos que uma boa resposta para entender as articulações internas de um assentamento é a teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985, 2005). Para ambos o social é ontologicamente político e o dissenso entre as identidades é uma condição *sine qua non* da constituição de espaços democráticos. Nesse sentido o hibridismo e as querelas inevitáveis de qualquer espaço social e relação de atores, são indispensáveis para pensar situações/espacos nos quais as diferenças sejam consideradas e respeitadas.

Destacaremos os conceitos fundamentais da Teoria do Discurso e também reafirmaremos os assentamentos rurais como lugares da heterogeneidade de identidades. Desde essa perspectiva sustentamos que reconhecer os dissensos como momentos inescapáveis da constituição de um assentamento pode ser um método que evidencie a cadeia de articulação que ocorre por meio dos assentados nas disputas de interesses em seu interior.

Para que fique explícito aquilo que consideramos a negociação entre as identidades, por meio de um processo antagônico, numa concorrência pela representação do todo, vamos intercambiar nosso argumento entre governo e sociedade civil. Dispensamos exposições conceituais acerca de ambas as esferas, mas à medida que expusermos a dinâmica dos movimentos sociais estamos falando do hiato existente entre as duas dimensões postas acima. Ainda mais, os conceitos que apontamos como relevantes para compreender formação da sociabilidade dos assentamentos emergem no destaque que fazemos da constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e em seguida a formação interna dos assentamentos. A nosso ver isso implica conceber fases diferentes de constituição da realidade e em todas elas ocorrem um trânsito, interpenetração e acirramento de fronteira.

Os assentamentos rurais têm sido reconhecidos pelo Instituto de Colonização de Reforma Agrária (INCRA), que mediante reivindicação de movimentos sociais rurais tem desapropriado terras e redistribuído. As famílias beneficiadas, quase em sua

inteireza, são procedentes de algum movimento social e numa ação coletiva com os demais militantes são representantes de um discurso radical. Esse discurso reafirma a luta pela terra, o aniquilamento do latifúndio, a produção comunitária, a igualdade de gênero e de raça, dentre outros (MARTINS, 1995, 1999; COLETTI, 2005; MANÇANO, 2000; CORAZZA, 2003; MELO, 2006; MORISSAWA, 2001). É emblemático disso o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O MST surgiu no início da década de 1980, corroborada pela Teologia da Libertação. Esta última se constituía num grupo de teólogos católicos que hegemonizaram a Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e com isso desenvolveram, à revelia, da cúpula oficial da Igreja Católica, um discurso que enfatizava a centralidade do pobre na missão da Igreja. Desde, este momento, o MST instaurou diversas ocupações no Brasil, realizou o seu primeiro congresso Nacional em 1984 e estabeleceu suas próprias diretrizes na reivindicação².

Atualmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ampliou o seu discurso para uma gama de demandas. Em seu interior encontramos pessoas de origem religiosa diferente e até divergentes, grupos de orientação sexual *outra* – digo, que não se identificam com a heterossexualidade –, pessoas que levantam as questões étnicas e de raça; a discussão em torno da idade, e por fim, da participação efetiva de todas essas identidades nas instâncias de decisão do assentamento.

Para entender a hipertrofia dos Movimentos Rurais (lembramos aqui, novamente, o caso mais bem sucedido que é o MST) na sociedade brasileira devemos considerar que foi necessário um discurso que unificasse as demandas de todas estas identidades. Um discurso que hegemonizasse em uma única causa os anseios da população exigente de suas transformações. Estrategicamente, a melhor alternativa para isso é a criação de um conglomerado de ícones históricos, um discurso emotivo e que seja calcado nas condições de existência de seu público, quem efetivamente instauram as resistências (BALANDIER, 1982; CASSIRER, 1976).

Uma coisa é fato, esses movimentos, por meio de suas ocupações, atos políticos e desbravamento conseguiram incluir na agenda dos governantes as questões em torno

² O MST surgiu com o atual nome a partir do congresso que aconteceu entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984. O primeiro encontro dos trabalhadores Rurais Sem terra foi a primeira iniciativa de âmbito nacional para discutir as metodologias de resistências que os trabalhadores iriam utilizar para reivindicar condições favoráveis no campo. Em Cascavel no Paraná, com participação de aproximadamente 100 pessoas provenientes de 12 estados brasileiros foram definidos alguns princípios: a luta constante pela Reforma Agrária radical; lutar por uma sociedade justa; resistir ao capitalismo; reforçar a luta pela terra com participação de todos os trabalhadores rurais; (COLETTI, 2005, p. 23).

de redistribuição de terras. De maneira que se tornou pauta obrigatória de qualquer pretendente ao governo um projeto claro de como dialogarão com tais problemas de concentração de terras no Brasil.

Pois bem, primeiro concebemos identidade de forma não essencialista, mas numa perspectiva construtivista. Identidade, na forma em que Jacques Derrida a define, ocorre sempre num jogo de diferença e similitudes. As definições entre aquilo que constitui o “nós” a partir daquilo que está fora, ou seja, que implica na concepção de um “eles”. A demarcação de fronteiras configura a sensação do que o constitui, valores congregados e distanciamento definido pelo discurso daquilo que é o outro. Um *eu* que se constitui a partir da oposição com o *outro*. Um *outro* que está fora, embora se presentifique nas trincheiras do *eu*. Para Derrida (2009) a identidade é relacional e ocorre pela posição do sujeito em relação a outras posições.

Nessa perspectiva as identidades não são dadas *a priori*. Assim, por exemplo, para entender a categoria de trabalhador do campo, militante do MST e assentado é necessário considerar não somente a sua situação de marginalidade na cidade. Ou seja, não é sua posição de operário, ou exército de reserva que impõe a ele uma ideologia, a partir da qual o mundo emerge. A concepção de identidade relacional descentraliza o sujeito e não relega à economia o instrumento fundacional da sociedade. Numa concepção de pluralidade é necessário perceber o lugar que o militante ocupa no discurso do MST, em relação a outras identidades com as quais mantém uma relação de mutualidade na configuração de uma particularidade tornada universal. Isso é hegemonia: o momento no qual uma particularidade assume categorias que a coloca como representante de uma universalidade (LACLAU e MOUFFE, 1985).

Portanto o militante que sai em busca de terra está identificado com uma demanda que reafirma a necessidade de superação da desigualdade na sociedade brasileira. Entretanto, a sua demanda particular pode ser a questão de liberdade de expressão sexual; um outro militante pode sustentar o discurso de que ainda é presente nas políticas públicas uma segregação racial que invisibiliza o acesso e expressão da cultura negra. Poderíamos aludir a outros casos hipotéticos para representar o que Laclau denomina de universalização de um particular.

Num momento posterior esses discursos particulares podem ser hegemônicos e nesse caso, as ações e normas que configurarão o movimento ocorrerá por sua postura em relação a alguma dessas identidades hegemônicas. Daí, para Laclau, em torno da demanda por terra, as identidades unem-se por uma cadeia de equivalências a outras

identidades sociais. Esse agrupamento ocorre pela identificação de um inimigo em comum a todas as identidades hegemônicas no discurso de ocupação de terra. Identificar, portanto o inimigo constitui-se elemento emblemático da própria definição de sua identidade. Esta é definida desde esse jogo de antagonismo que coloca em pauta as diferenças e similitudes entre os sujeitos no campo social. Conceber o inimigo, demarcar seu espaço e estabelecer trincheiras significa a definição ontológica de auto-definição do eu. Eu → tu. Assim, ergue-se a lógica na qual se colocam as identidades que, embora sejam interdependentes, são conflitantes e só existem dentro do conflito.

... na minha perspectiva é o ponto de partida para constituição de um povo, quer dizer, uma unidade que não está dada por uma só posição de sujeito, mas por uma pluralidade de posições de sujeitos que começam a estabelecer entre si um certo grau de solidariedade. (LACLAU, 2006, p. 22).

Uma das hipóteses que utilizamos para reafirmar o contencioso modo de organização particular das famílias nos assentamentos é a agregação espontânea de familiares. Para José de Souza Martins (2003) isso significa uma reforma agrária não oficial. Uma congregação de familiares que por necessidades igualmente singulares se estabilizam em torno do lotes de quem o recebeu. Isso causa, inicialmente, um furor no sentido de produção. E por outro lado, num momento posterior, quando não mais vistos como assentados extra-oficiais favorece a heterogeneidade de reivindicações, de novos requerimentos de recursos frente ao INCRA, e o próprio processo antagônico interno nas decisões dos assentados. De acordo com Martins, o INCRA não trabalha com a idéia de família extensa e sim nuclear. Isso implica dizer que eles deixam de fora demandas emergentes de sujeitos invisibilizados por eles. Entretanto, essas identidades tomam existência no ato de gerenciamento de cooperativas e sindicatos dos assentamentos. Eles se desconstroem, como num processo não somente estrutural, mas que mesmo aqueles que não estão nas instâncias de poder, como processo ontológico da existência, caminham nessa direção. Essa parece ser a perspectiva de Jacques Derrida. Ernesto Laclau utiliza-se desse conceito para apontar que o sujeito é sempre/já o agente da decisão. É chamado a se posicionar e colocar-se como existente e, portanto articulador de uma demanda para a qual não há resposta imediata das Instituições, que no caso é o INCRA.

Para Claudinei Coletti a década de 1990 foi marcada por um expressivo crescimento de movimentos que reivindicavam a mudança da estrutura fundiária. Com destaque, em sua perspectiva para o MST, “*que se transformou na maior expressão*

política da luta pela terra e pela reforma agrária e no mais importante movimento social de oposição ao projeto neoliberal no Brasil.” (COLETTI, 2006, p. 131). Para ele, o florescimento dos movimentos sociais rurais na década de 1990 aconteceu em virtude da implantação do projeto neoliberal e pela demanda acentuada da dívida externa, que na prática exigiu do governo ajustes em sua economia e uma reengenharia do orçamento. As medidas foram tomadas, com fins de estabilidade orçamentária (*Id. Ibid.*). Interessante é que este fato repercutiu significativamente na política agrária brasileira e na parcela orçamentária destinada à sociedade do campo.

Para explicitar ainda mais a diversidade discursiva na construção da realidade social destacamos o seguinte exemplo: 1 – o primeiro refere-se à Medida Provisória de Fernando Henrique Cardoso, quando de sua posição de Presidente da República. Conforme a Medida Provisória 2109-52, de 24 de maio de 2001, toda ação de ocupação de terras seria considerado crime (MANÇANO, 2003). Por outro lado, o MST é uma agência de mediação da política agrária desapropriacionista e utiliza as ocupações de terras, com acampamentos de centenas de famílias. Este é um método para pressionar o governo na agilidade de uma política fundiária eficiente. São dois discursos opostos que concorrem na definição de como as terras brasileiras serão gerenciadas.

Em decorrência dessa oposição tivemos identidades unificadas por uma cadeia de equivalência. A saber: os grandes proprietários de terra criaram a União Democrática Ruralista (UDR), em 1985, para representar as suas questões no cenário nacional acerca desta temática. Esta instituição portava o discurso de que a ala progressista da Igreja Católica e o MST eram seus inimigos, frente aos quais o governo devia manter uma postura irredutível para manter seus interesses bem guardados (MARQUES, 2006).

Em contrapartida o MST se alia à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e ao departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT – rural), em defesa da reforma agrária. (*Id. Ibid.*). articulações de ambas as partes foram configuradas para legitimar suas atuações.

Com isso, concluímos que no interior de um assentamento após conquista da terra as identidades ali presentes se diversificam novamente. Num momento anterior elas estavam hegemônicas contra o Estado e os Latifundiários. Posteriormente, no assentamento outros embates serão instaurados para reconstrução do próprio assentamento. Em nossa perspectiva isso é ontológico à própria construção do social. Considerar toda e qualquer sociabilidade em assentamentos requer pensar no político como lugar do dissenso e consenso e redefinição de novas identidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: UNB, 1982.

CASSIRER, Ernst. *O Mito do Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

COLETTI, Claudinei. *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. (tese do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Campinas: Unicamp, 2005.

COLETTI, Claudinei. Neoliberalismo e burguesia agrária no Brasil. In: *Dossiê: Dimensões da questão agrária no Brasil*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, nº 1, set. 2006.

CORAZZA, Gilberto. *O MST e um projeto popular para o Brasil*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História Latino-americana. Santo Ângelo – RS: Universidade Integrada do Alto Uruguai e Universidade do Rio dos Sinos, 2003.
MELO, João Alfredo Telles (org). *Reforma Agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2006.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. 4ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2003.

LACLAU, Ernesto. Inclusão, Exclusão e a constituição de identidades. p. 21-38. In: AMARAL, Aécio; BURITY, Joanildo A. *Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social*. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A, 2005.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia y estratégia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Argentina: Fondo de Cultura Económica, 1985.

MANÇANO, Bernardo; MENEGUETTE, Arlete; LEAL, Gleixon Moreira; FAGUNDES, Diana Cruz. Inserção sociopolítica e criminalização da luta pela terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema – SP. p. 79-104. BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; AUBRÉE, Marion; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta (orgs). *Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo*. Campinas: FEAGRI/UNICAMP, 2003.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Relação Estado e MST: algumas fases e faces. p. 184-196. In: *Dossiê: Dimensões da questão agrária no Brasil*, Londrina: Universidade Estadual de Londrina, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, nº 1, set. 2006.

MARTINS, José de Souza (org.). *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

_____. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1999, 2ª ed.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.